



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

OITIS 21 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	20
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	21
6. RESULTADO FINANCEIRO	21
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	22
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	23
10. IMOBILIZADO	24
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	25
12. PROVISÕES E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	25
13. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÃO DE MÚTUO	26
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	28
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32

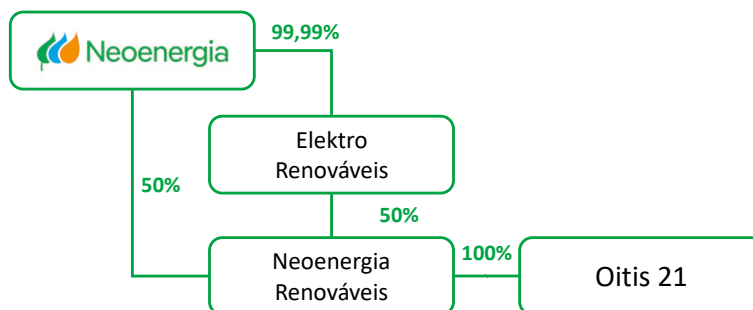
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2023, a Oitis 21 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2024, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. OITIS 21

A Companhia Oitis 21 Energia Renovável S.A. (“Oitis 21”) é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja totalidade das ações pertence à Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). O Parque Eólico Oitis 21 é um dos 12 parques que compõem o Complexo Oitis, localizado nos estados do Piauí e da Bahia.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Oitis 21 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa Nº 8.493, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, expedida pela ANEEL. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da resolução.

O Parque Eólico terá sua energia comercializada no âmbito do mercado livre de energia.

A Oitis 21 conta com a implantação de 8 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 44,0 MW. No ano de 2023, o Parque Eólico entrou em operação comercial e durante esse período gerou 128.130 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	34.505	392	8.702,30
Receita Operacional Líquida	33.246	376	8.742,02
Margem Operacional Líquida	15.900	(925)	N/A
EBITDA	21381	(1128)	N/A
Resultado Financeiro	(3.213)	(93)	3.354,84
Lucro Líquido	11074	(1266)	N/A
Margem Operacional (%)	47,83%	(246,01%)	293,84
Margem EBITDA (%)	64,31%	(300,00%)	364,31
Margem Líquida (%)	33,31%	(336,70%)	370,01

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/ 23	dez/ 22	Variação %
Ativo Total	234.477	189.800	23,54
Dívida Bruta	-	-	-
Dívida Líquida ⁽³⁾	N/A	N/A	-
Patrimônio Líquido	177.194	166.121	6,67

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	11074	(1266)	12.340	N/A
Receitas financeiras (B)	678	143	535	374,13
Despesas Financeiras (C)	(3.858)	(216)	(3.642)	1686,11
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(33)	(20)	(13)	65,00
Imposto de renda (E)	(1269)	(46)	(1223)	2.658,70
Depreciação (F)	(5.825)	-	(5.825)	-
EBITDA = (A)-(B+C+D+E+F)	21381	(1128)	22.509	N/A

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$12.444,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Oitis 21 Energia Renovável S.A. ("Oitis 21"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Oitis 21 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Oitis 21.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Oitis 21 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Oitis 21 Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oitis 21 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Oitis 21 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

OITIS 21 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	33.246	376
Custos		(17.346)	(1.301)
Custos com energia elétrica	4	(10.082)	(1.000)
Custos de operação	5	(7.264)	(301)
Lucro bruto (Prejuízo)		15.900	(925)
Outras despesas gerais e administrativas	5	(344)	(202)
Lucro (Prejuízo) operacional		15.556	(1.127)
Resultado financeiro	6	(3.213)	(93)
Receitas financeiras		678	143
Despesas financeiras		(3.858)	(216)
Outros resultados financeiros, líquidos		(33)	(20)
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos		12.343	(1.220)
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(1.269)	(46)
Corrente		(1.269)	(46)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		11.074	(1.266)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 21 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	11.074	(1.266)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	11.074	(1.266)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (Prejuízo) do período	11.074	(1.266)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	5.825	-
Tributos sobre o lucro	1.269	46
Resultado financeiro, líquido	3.213	93
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(6.821)	(392)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	9.169	(1.560)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(19)	(69)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(29)	(2)
Outros ativos e passivos, líquidos	(864)	365
Caixa gerado (consumido) nas operações	22.817	(2.785)
Juros pagos – Arrendamentos	-	(3)
Rendimento de aplicação financeira	678	143
Tributos sobre o lucro pagos	(840)	(11)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	22.655	(2.656)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(26.071)	(65.606)
Operações de mútuo	17.780	10.159
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(8.291)	(55.447)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(32)	(45)
Aumento de capital	-	57.886
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(32)	57.841
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no período	14.332	(262)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.233	1.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	15.565	1.233
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar (investimento)	-	10.567
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado	-	4.685
Provisão ambiental	638	671
Prov. Desmantelamento	2.580	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 21 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.565	1.233
Contas a receber de clientes e outros	9	7.213	392
Outros ativos circulantes		54	16
Total do circulante		22.832	1.641
Não circulante			
Direito de uso		-	5
Imobilizado	10	211.645	188.154
Total do não circulante		211.645	188.159
Total do ativo		234.477	189.800
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	12.000	2.831
Passivo de arrendamento		-	9
Tributos sobre o lucro a recolher		320	9
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		127	38
Provisões e obrigações contratuais	12	765	84
Operações com controladora	15.1	9.585	9.459
Contas a pagar de operações com mútuo		31.417	10.205
Outros passivos circulantes		160	772
Total do circulante		54.374	23.407
Não circulante			
Provisões e obrigações contratuais	12	2.903	262
Outros passivos não circulantes		6	10
Total do não circulante		2.909	272
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	177.194	166.121
Total do patrimônio líquido		177.194	166.121
Total do passivo e do patrimônio líquido		234.477	189.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS 21 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva para investimento	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.386	-	-	-	(1.266)	166.120
Resultado abrangente do período:						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.074	11.074
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reservas de lucros (nota 14.3)	-	490	6.988	2.330	(9.808)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	167.386	490	6.988	2.330	-	177.194
Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.500	-	2	-	-	109.502
Resultado abrangente do período:						
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.266)	(1.266)
Aumento de capital	57.886	-	-	-	-	57.886
Destinação do lucro líquido:						
Absorção de reservas de lucros (nota 14.3)	-	-	(2)	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.386	-	-	-	(1.266)	166.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oitis 21 Energia Renovável S.A. (“Oitis 21” ou “Companhia”), com sede em Praia do Flamengo, 78, Sala 101 Parte, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de junho de 2019, controlada integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A.

A Oitis 21 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução autorizativa Nº 8.493, de 17 de dezembro de 2019, expedida pela ANEEL. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da resolução.

O Parque Eólico terá sua energia comercializada no âmbito do mercado livre de energia.

A Oitis 21 conta com a implantação de aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 44,0 MW. O parque eólico teve início de entrada em operação comercial em 23 de fevereiro de 2023, com 100% de sua energia comercializada no ambiente livre.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 31.542, (R\$ 21.765 em 31 de dezembro de 2022), principalmente decorrente da obrigação junto a controladora, na liquidação dos custos de construção compartilhados. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios quantitativos e qualitativos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criações ou alterações nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

(b) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	180.751

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 08 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.1	Perdas de Crédito Esperadas (PCE)
10.1	Imobilizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:

Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retroarrendamento (' <i>Sale and Leaseback</i> ') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>) que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia ⁽¹⁾	31.472	-
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	3.033	392
Receita operacional bruta	34.505	392
(-) Pis e Cofins	(1.259)	(16)
Receita operacional, líquida	33.246	376

(1) O parque eólico teve início de entrada em operação comercial em 2023.

3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição do Parque Eólico extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição do Parque Eólico, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(7.103)	-
Outros	(7)	-
Total	(7.110)	-
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(2.972)	(1.000)
Total	(2.972)	(1.000)
Total dos custos com energia elétrica	(10.082)	(1.000)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(264)	(321)	(585)
Serviços de terceiros	(563)	(23)	(586)
Depreciação e amortização	(5.825)	-	(5.825)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(612)	-	(612)
Total	(7.264)	(344)	(7.608)

	2022		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(107)	(188)	(295)
Serviços de terceiros	(186)	(14)	(200)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(8)	-	(8)
Total	(301)	(202)	(503)

(1) Inclui materiais, alugueis, tributos e demais custos/despesas diversos

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras ⁽¹⁾	678	143
	678	143
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(3.858)	(216)
	(3.858)	(216)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(33)	(20)
	(33)	(20)
Resultado financeiro líquido	(3.213)	(93)

(1) O rendimento das aplicações financeiras foram capitalizados, até a entrada em operação comercial ocorrida em 23 de fevereiro de 2023;

(2) Em 31 de dezembro de 2023, inclui R\$ 3.430 de atualização monetária do mútuo financeiro e em 31 de dezembro de 2022, inclui o impacto de R\$ 46.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**7.1 Tributos sobre o lucro**

A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	12.343	(1.220)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(4.197)	415
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	2.928	(461)
Tributos sobre o lucro	(1.269)	(46)
Alíquota efetiva	10,28%	(3,77)%
Corrente	(1.269)	(46)

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	105	173
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	754
Fundos de Investimento	15.460	306
Total	15.565	1.233

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (99,55% em 31 de dezembro de 2022) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2023	2022
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	15.460	306
Total	15.460	306

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023	2022
Fornecimento de energia	6.118	-
Comercialização de energia na CCEE	1.095	392
Total	7.213	392

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023	2022
	Recebível	Recebível
A vencer	6.118	-
Total	6.118	-

9.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras.

Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções e terrenos	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	3,14% - 4,00%	3,14%		
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	-	188.154	188.154
Adições	2.580	-	26.708	29.288
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	28	28
Depreciação	(3.704)	(2.121)	-	(5.825)
Transferências entre classes	155.138	59.752	(214.890)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	154.014	57.631	-	211.645
Custo	157.718	59.752	-	217.470
Depreciação acumulada	(3.704)	(2.121)	-	(5.825)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	-	-	112.692	112.692
Adições	-	-	75.430	75.430
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	32	32
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	-	-	188.154	188.154
Custo	-	-	188.154	188.154

(1) Capitalização amortização do direito de uso e juros sobre obras em andamento (JOA).

10.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Energia elétrica	1.292	-
Encargos de uso da rede	249	251
Materiais e serviços	10.459	2.580
Total	12.000	2.831

12. PROVISÕES E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para obrigações ambientais (nota 12.1)	984	346
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 12.2)	2.684	-
Total	3.668	346
Passivo circulante	765	84
Passivo não circulante	2.903	262

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 Provisões ambientais

As provisões ambientais são reconhecidas mediante as condicionantes estabelecidas nas licenças e autorizações ambientais, parte do processo de licenciamento ambiental brasileiro. Destaca-se que o licenciamento ambiental é um instrumento regulamentado através da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6.938/1981) e demais leis e normas relacionadas. O atendimento das condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental e nas condicionantes das licenças e autorizações ambientais, juntamente da legislação ambiental, possibilita a operação comercial dos empreendimentos elétricos do ponto de vista socioambiental

12.2 Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem do parque eólico Oitis 21, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 10,65% e uma inflação projetada equivalente a 3,50%.

13. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÃO DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Enerbrasil S.A e Neoenergia Renováveis S.A.

O contrato de mútuo é remunerado pelo CDI + 1,39%, com vencimento ao longo de 2024.

Partes relacionadas	2022	Principal	Atualização	2023
Enerbrasil	10.205	3.547	1.922	15.674
Neoenergia Renováveis S.A.	-	14.235	1.508	15.743
Total	10.205	17.782	3.430	31.417

Partes relacionadas	2021	Principal	Atualização	2022
Enerbrasil	-	10.159	46	10.205
Total	-	10.159	46	10.205

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 167.386 representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia Renováveis S/A.

14.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia, foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	11.074	(1.266)
Compensação prejuízo anterior	(1.266)	
Reserva legal	(490)	-
Lucro líquido ajustado	9.318	(1.266)
Reserva para investimentos	(6.988)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	(2.330)	-
Lucro líquido a distribuir	-	(1.266)

14.3 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

14.4 Reservas de lucros

14.4.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

14.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

14.4.3 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.5 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura e (iv) mútuo financeiro.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	6.118	-	6.118	-	-	-
	6.118	-	6.118	-	-	-
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	1.311	-	1.311	407	12	419
Operações de mútuo (b) / (c)	15.674	15.599	31.273	10.045	-	10.045
Outros Passivos (d)	274	9.585	9.859	-	9.530	9.530
	17.259	25.184	42.443	10.452	9.542	19.994

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Transações com partes relacionadas

	2023		2022	
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do período				
Receita operacional (a)	31.472	31.472	-	-
Custos dos serviços (a)	(7.388)	(7.388)	(141)	(141)
Despesas gerais e administrativas	(321)	(321)	(189)	(189)
Resultado financeiro líquido (b) / (c)	(3.430)	(3.430)	(46)	(46)
	20.333	20.333	(376)	(376)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	10 anos	2033	4.807	24.084
b)	Enerbrasil	Contrato de mútuo	CDI + 1,39%	1 ano	2024	(15.674)	(1.922)
c)	Neoenergia Renováveis S.A.	Contrato de mútuo	CDI + 1,39%	1 ano	2024	(15.599)	(1.508)
d)	Neoenergia Renováveis S.A.	Compartilhamento de custos de construção	N/A	1 ano	2024	(9.585)	-

15.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	105	15.460	927	306
Contas a receber de clientes e outros	7.213	-	392	-
	7.318	15.460	1.319	306
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	12.000	-	2.831	-
Passivo de arrendamento	-	-	9	-
Outros passivos financeiros	54	-	819	-
	12.054	-	3.659	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.5 (análise de sensibilidade).

16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	15.460	15.460	306	306
	15.460	15.460	306	306

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.4 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

16.5 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	15.460	1.801	(270)	(540)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto
Diretora Presidente

Diretores

Leandro Adzgauskas Montanher
Rodolfo Fernandes da Rocha
Mariane Carvalho Medeiros

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Oitis 21 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.211.419/0001-04, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Oitis 21 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2023; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Oitis 21 relativas ao exercício social findo em 31.12.2023.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher

Rodolfo Fernandes da Rocha

Mariane Carvalho Medeiros

Diretores